

**LEI N.º 2.638
DE 23 DE JULHO DE 2009**

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PARA O EXERCÍCIO DE 2010**

CAPÍTULO I - DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1.º Ficam estabelecidas as Diretrizes Gerais para a elaboração do Orçamento Municipal para o exercício de 2010, com base nos princípios fixados na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Federal n.º 4.320, de 17 março de 1964, na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na Lei Orgânica do Município e nas recentes Portarias editadas pelo Governo Federal.

Art. 2.º O Orçamento Anual do Município abrange os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta, Indireta e Fundacional.

Art. 3.º Incluem-se no Orçamento Anual:

I. As autarquias e as fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público.

II. A subscrição de ações para o aumento de capital das sociedades de economia mista.

Art. 4.º A proposta orçamentária a ser encaminhada pelo Executivo à Câmara Municipal, até 30 de setembro de 2010, compor-se-á de:

I. Mensagem.

II. Projeto de Lei Orçamentária Anual.

III. Tabelas explicativas, a que se refere o artigo 22, inciso III, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

IV. Demonstrativo dos efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado atendendo ao disposto no artigo 164, parágrafo 6.º da Constituição Federal e ao artigo 5.º, inciso II da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

V. Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes no Anexo de Metas Fiscais, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 5.º A estrutura orçamentária e a funcional programática que servirão de base para a elaboração do orçamento-programa para o próximo exercício deverão obedecer à disposição constante da Classificação Institucional, da Relação de Funções, Sub-funções. Programas para 2010 e do anexo referente às Metas e Prioridades para 2010, que são partes integrantes desta Lei.

Art. 6.º As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2010, são as estabelecidas no Anexo I, denominado Anexo de Metas Fiscais, e Anexo II, que é o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências. O Anexo I desdobra-se em:

I -. Tabela I – Metas Anuais;

II -.Tabela II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III -.Tabela III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV -.Tabela IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

V -.Tabela V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI -.Tabela VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

VII -.Tabela VII – Projeção Atuarial do RPPS;

- VIII - Tabela VIII – Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita;
IX - Tabela IX – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

Parágrafo Único – Os demonstrativos têm seus valores expressos em mil reais, estando eles em consonância com as regras estabelecidas pelo Ministério da Fazenda, através da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 577 de 15 de outubro de 2008.

Art. 7.º A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização e à participação comunitária. Conterá “reserva de contingência”, identificada pelo código 9.9.90.99.00 em montante equivalente a até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida, para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos e cobertura de créditos adicionais suplementares e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais.

Art. 8.º A elaboração da proposta orçamentária do Município para o exercício de 2010, sem prejuízo das normas estabelecidas pela legislação federal e pela Lei Orgânica Municipal, obedecerá às seguintes diretrizes, a saber:

I. Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos, exceto em caráter emergencial na saúde, meio ambiente, educação, habitação e assistência social, com “ad-referendum” da Câmara Municipal de Santos.

II. Na fixação das despesas para 2010 serão observadas todas as prioridades constantes desta lei, observadas as diretrizes emanadas dos respectivos Conselhos Municipais, a austeridade na gestão dos recursos públicos e a modernização governamental.

III. As Unidades Orçamentárias projetarão suas despesas até o limite fixado para o exercício em curso, considerando-se as suplementações, salvo os casos de aumento ou diminuição dos serviços prestados.

IV. Na estimativa das receitas considerar-se-á a tendência do presente exercício e os efeitos das modificações na legislação tributária, as quais serão objetos de projeto de lei a ser encaminhado à Câmara Municipal.

V. As receitas e as despesas serão orçadas pelas Unidades Orçamentárias segundo os preços vigentes em junho de 2009.

VI. A Lei Orçamentária, observado o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, somente incluirá novos projetos se já estiverem adequadamente atendidos aqueles em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

VII. A programação de novos projetos dependerá de prévia comprovação de sua viabilidade técnica, econômica e financeira.

VIII. Constará da proposta orçamentária o produto das operações de créditos autorizadas pelo Legislativo, com destinação específica e vinculado ao projeto, inclusive "ARO".

IX. Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso e a inscrição de Restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de Caixa.

X. A discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, nos termos do artigo 6º da Portaria Interministerial n.º 163, de 04 de maio de 2001.

XI. Será garantida a participação da comunidade nas etapas de elaboração, definição e acompanhamento da execução do orçamento anual, inclusive nos termos da Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.

XII. Para a elaboração da proposta orçamentária, será criado mecanismo de incentivo à participação popular

XIII. A alocação dos recursos na Lei Orçamentária, em seus créditos adicionais e a respectiva execução, será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas, incluindo a adoção de medidas visando o desenvolvimento do sistema de custos para avaliação

e acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial de que trata o parágrafo 3º do Artigo 50 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, bem como no sentido de dar cumprimento a Lei Complementar n.º 131, de 27 de maio de 2009.

XIV. As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente pelos órgãos contábeis do Executivo e do Legislativo para atender às necessidades da execução orçamentária, desde que cumprido o princípio da publicidade, bem como a transparência da gestão orçamentária.

Art. 9.º O Município assegurará em seu orçamento anual, percentuais da receita destinados a:

- I. Manutenção e desenvolvimento do ensino na forma que dispuser a legislação em vigor.
- II. Política Habitacional de Interesse Social, baseada na implementação das Zonas Especiais de Interesse Social, regularização fundiária, assistência técnica gratuita e produção de novas unidades em áreas urbanizadas.
- III. Prestação de serviço de transporte coletivo eficiente, com conforto e qualidade.
- IV. Preservação e recuperação do meio ambiente e incremento das informações ambientais.
- V. Promoção social e bem-estar da população e projetos de enfrentamento à pobreza, tudo conforme a LOAS e em conformidade com o PNAS – SUAS.
- VI. Organização, ampliação, atendimento digno e funcionabilidade do Sistema Municipal de Saúde, especialmente quanto às ações preventivas, programas e distribuição de medicamentos, fortalecendo os princípios e diretrizes do SUS.
- VII. Fomento ao turismo regional, inclusive com ampliação de infra-estrutura, incluindo ecoturismo e de negócios.
- VIII. Integração regional visando a metropolização e o fortalecimento político.
- IX. Incentivo à criação de micro e pequenas empresas.
- X. Conservação, manutenção, limpeza, organização e informatização dos próprios municipais.
- XI. Programa de Prevenção a Situações de Risco Geológico e Ambiental.
- XII. Reforma administrativa, atualização salarial e política de valorização do funcionalismo.
- XIII. Incentivar o exercício da cidadania, por meio do aprimoramento de políticas de apoio, orientação, ofertas de emprego e na implementação de medidas voltadas à inclusão das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- XIV. Modernização dos mecanismos de arrecadação do Município, com projetos e procedimentos que promovam a justiça tributária.
- XV. Criação de mecanismos com o objetivo de incentivar a instalação de novas empresas no Município.
- XVI. Desenvolvimento sustentável da Área Continental.
- XVII. Pagamentos de sentenças judiciais.
- XVIII. Incentivo à geração de empregos e a requalificação profissional dos trabalhadores.
- XIX. Incentivo à criação e expansão de cooperativas de serviços e produção.
- XX. Participação do Município na administração do Porto.
- XXI. Priorização de atendimento à criança, ao adolescente e à terceira idade, nos termos do disposto na legislação em vigor.
- XXII. Projetos e programas de combate às desigualdades sociais, culturais e econômicas visando a reinserção social de famílias carentes.
- XXIII. Estudos, projetos e obras voltados para a melhoria da qualidade de vida dos moradores da Zona Noroeste, Morros e Área Continental.
- XXIV. Participação do Município no Fundo de Desenvolvimento da Baixada Santista (cota-parte).
- XXV. Implementação de mecanismos de gestão integrada para a elaboração, execução e fiscalização de políticas públicas de juventude e fomento ao protagonismo juvenil, em especial a Coordenadoria de Juventude, o Conselho Municipal de Juventude e o Fundo Municipal de Apoio à Juventude com a realização da Semana Municipal da Juventude e a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

XXVI - Incentivar o desenvolvimento da Área Continental com a implementação de Centro de Educação e Pesquisa Ambiental na Ilha Diana, Espaço de Convivência Ambiental no Portinho em Caruara, Parque Ambiental com atividades de pesca esportiva em Monte Cabrão e Parque Ecológico de Jurubatuba..

XXVII - Incentivar a ampliação e difusão da coleta seletiva de lixo por meio de cooperativas.

XXVIII - Ampliar o Programa de Monitoramento e Gerenciamento dos Principais Ecossistemas.

XXIX - Promover a recuperação de mananciais e manguezais.

XXX - Ampliação do programa de arborização abrangendo plantio, substituição, manutenção, a educação ambiental e a criação de novas áreas verdes.

XXXI - Plano cicloviário regional, com a ampliação da rede viária e incentivo a utilização de bicicletas.

XXXII - Realizar gestões junto ao Governo Estadual para fomento ao transporte hidroviário na Baixada Santista.

XXXIII - Implantar o plano de recuperação e descontaminação da área do antigo aterro sanitário da Alemoa.

XXXIV - Criação de unidade básica para tratamento da saúde animal.

XXXV - Criação de abrigo para animais sadios.

XXXVI - Aquisição de medicamentos a preço popular.

XXXVII - Realização nas comunidades das Regionais, de cursos de qualificação profissional e técnicos.

XXXVIII - Realização de fóruns e seminários de integração e participação comunitária.

XXXIX - Recursos para o Sistema de Captação e Transporte de Órgãos e Tecidos para Transplantes.

XL - Ação conjunta da Secretaria de Educação e o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para que, no ato da matrícula na rede municipal de ensino, seja entregue o Estatuto da Criança e do Adolescente.

XLI - Disponibilizar equipamentos para crianças com idade menor de doze anos brincarem, no período das férias, simultaneamente na Orla da Praia e na Zona Noroeste.

XLII - Atendimento da população masculina, com idade superior a cinquenta anos, para realização de exames de combate e prevenção do câncer de próstata.

XLIII - Realizar gestões visando a implantação de projeto da Avenida Perimetral na Alemoa e Saboó.

XLIV - Através do Plano de Habitação de Interesse Social, buscar fortalecer o Programa de Revitalização e Desenvolvimento da Região Central Histórica – Alegria Centro.

XLV - Implantar o Plano Municipal de Enfrentamento à violência criando o Centro de Atendimento às Vítimas da Violência, integrando e humanizando os serviços municipais para segmentos criança, adolescente, mulher, idoso, étnico e diversidade sexual.

XLVI - Consolidar a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – no município, implantando os CRAS e CREAS em conformidade com os critérios da Política Nacional de Assistência Social.

XLVII - Estabelecer a rede de serviços sócio-assistenciais, que integram o sistema SUAS, com custeio pelo FMAS, através de receitas próprias do Município, Estado e União.

XLVIII - Iniciar e concluir reforma em unidades estratégicas da Rede Municipal de Saúde tais como o Pronto Socorro Central e o antigo prédio do Hospital Silvério Fontes.

XLIX - Apoiar a construção da sede da Unidade de Negócio de Exploração e Produção de Petróleo e Gás da Bacia de Santos.

L - Apoiar, com gestões, instrumentos, metodologias e ações, os programas e projetos estratégicos do Programa Santos Novos Tempos integrado ao Programa de Habitação de Interesse Social, inclusive por meio do Programa de Aceleração do Crescimento.

LI - Apoiar, com gestões, instrumentos, metodologias e ações, os programas e projetos estratégicos para o desenvolvimento econômico sustentável da Cadeia de Energia – Petróleo e Gás.

LII - Firmar parcerias com entidades privadas ou governamentais dos diversos níveis, inclusive

internacionais, para o desenvolvimento de projetos socioeconômicos, visando melhorar a qualidade de vida da população.

LIII - Elaborar a Avaliação Ambiental Estratégica do Estuário de Santos para viabilizar a aprovação de novos projetos ligados ao setor portuário.

LIV - Desenvolver ações articuladas com o Ministério Público e com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, com a finalidade de implantar uma efetiva ação para a prevenção da criminalidade, promoção dos direitos humanos e cidadania.

LV - Promover a igualdade étnica e racial com a implementação de políticas de ação afirmativa.

LVI - Implantar uma nova gestão na CAPEP, inclusive passando por uma revisão e adequação do sistema de saúde oferecido.

LVII - Apoiar a ampliação das Zonas para o porto e retroporto na Área Continental respeitando a preservação ambiental.

LVIII - Viabilizar implantação do Projeto Barnabé-Bagres.

LIX - Viabilizar e/ou operar Porto para suprimentos para *Off shore* – PETROBRÁS e base operacional da PETROBRÁS na Área Continental.

LX - Apoiar a revitalização das áreas inativas do Porto em prol do Turismo e da população.

LXI - Estreitar a relação da Cidade com os projetos que envolvam o Porto, visando a sua integração, reforçando inclusive a atuação da cidade no Conselho de Autoridade Portuária.

LXII - Execução do processo eletivo para Conselheiros Tutelares.

LXIII - Ampliar a oferta de Unidade de Educação Infantil.

LXIV - Construção de um Centro Poliesportivo na Região Central.

LXV - Desenvolver capacitação para o trabalho nos territórios com alto índice de vulnerabilidade social.

LXVI - Implantar serviço de Terapia Familiar.

LXVII - Ampliar o atendimento na área de Saúde Mental.

LXVIII - Criar unidade para atendimento exclusivo às crianças e adolescentes usuários de substâncias lícitas e ilícitas.

LXIX - Implementar e intensificar campanhas contra gravidez precoce e de risco, sobre planejamento familiar e paternidade responsável.

LXX - Intensificar campanhas de prevenção aos programas DST/AIDS/Hepatites.

LXXI - Incentivar a construção de estacionamentos sob espaços públicos, na Região Central Histórica, ao longo do traçado do VLT e na Zona da Orla.

LXXII - Aperfeiçoar o Banco de Dados do Município, através do Site Oficial da Prefeitura.

LXXIII - Viabilizar e implementar o Complexo Turístico, Cultural, Náutico e de Negócios Porto Valongo.

LXXIV - Promoção, realização e participação de funcionários em cursos, seminários, encontros e outras atividades que vise a capacitação profissional dos Servidores Municipais.

LXXV - Capacitar a Zona Noroeste e Morros com área de excelência territorial por meio do Programa Santos Novos Tempos, apoiado pelo Banco Mundial.

LXXVI - Divulgação dos atos institucionais visando a aplicação do princípio da transparência nos atos públicos.

LXXVII - Viabilizar a reurbanização do sistema viário e construção de terminal de transporte público na Ponta da Praia.

LXXVIII - Implantação de planos, projetos e programas municipais para desenvolvimento tecnológico da aquicultura, da pesca e sua comercialização, em conjunto com o Governo Estadual e Governo Federal.

LXXIX- Implantação de roteiro turístico com relação à Imigração Japonesa no Brasil.

LXXX- Implantação de mecanismos que promovam a redistribuição de renda e inclusão social.

LXXXI - Incremento e agilização dos projetos financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

LXXXII - Revisão das subvenções concedidas, por meio de convênio, às entidades que realizam

trabalho social e educacional.

LXXXIII - Consulta popular permanente, através da Internet, sobre políticas públicas e projetos de interesse do Poder Executivo.

LXXXIV - Aumentar a oferta de vagas em creches.

LXXXV- Implantação de programa de aluguel de bicicletas, além da criação de bicicletários e paraciclos.

LXXXVI - Incentivar o ensino e a prática de esportes nas escolas municipais.

LXXXVII - Incrementar e agilizar a fiscalização na área das Posturas Municipais.

LXXXIX - Estudos sobre o adensamento populacional ao longo do trajeto do VLT.

XC - Ampliação do número de equipes do Programa de saúde da Família.

XCI - Implantação de cursos de Educação Financeira nas escolas públicas municipais.

XCII - Instalação de restaurante popular na Zona Noroeste.

XCIII - Execução de política de instalação de museus.

XCIV - Ampliação do oferecimento de Internet gratuita em próprios municipais.

XCV - Implantação de pólo tecnológico.

XCVI - Promoção de cursos para a formação de mão de obra para o setor de petróleo e gás.

XCVII - Saúde Bucal, incluindo incremento do serviço de Próteses nos CEOs.

XCVIII - Programa de consumo consciente e minimização do lixo doméstico.

XCIX - Minimização dos impactos gerados por grandes construções.

C - Medidas de combate a aquecimento global.

CI - Incentivo às construções sustentáveis.

CII - Aumento do quadro funcional da Secretaria do Meio Ambiente.

CIII - Desenvolvimento da Agenda 21.

CIV - Implantação do Fundo Municipal do Meio Ambiente.

CV - Estudo, projetos e programas para a utilização de energia solar pela Prefeitura Municipal, além de incentivo ao uso em prédios e residências particulares.

CVI - Inspeção Veicular.

CVII - Convênio com a CET para monitoração de ruas que necessitem reparos em seu leito carroçável.

CVIII- Complementar a infraestrutura da Zona Noroeste: Implementar e gerenciar o sistema de macrodrenagem.

CIX - Reurbanização da Avenida Nossa Senhora de Fátima com a implantação de ciclovia.

CX - Construção do Centro de Cultura da Zona Noroeste.

CXI - Implementar medidas compensatórias para a criação do Parque Ambiental Engenho dos Erasmos.

CXII - Gestões para construir o Túnel Zona Noroeste – Zona Leste, com ciclovia.

CXIII - Completar a abertura da Rua Torquato Dias, no Morro da Nova Cintra.

CXIV - Prever áreas de esporte e lazer nos projetos de habitações para erradicação de cortiços.

CXV- Estudos, projetos e construção de Centros da Juventude, com a implantação das Seções Centro da Juventude na Zona Leste e Morros.

CXVI - Aproveitar o potencial ambiental – áreas verdes dos Morros e da Área Continental para divulgar e implementar o turismo ecológico na região, assim como seus roteiros turísticos.

CXVII - Acompanhar e apoiar as atividades dos Conselhos e Comissões Municipais.

CXVIII - Executar os eventos e ações comunitárias nos Morros, Zona Noroeste e na Área Continental.

CXIX - Estudos e projetos para cobertura de todas as quadras das escolas municipais.

CXX - Estudos e projetos para construção de uma concha acústica na Lagoa da Saudade, no Morro da Nova Cintra.

CXXI - Realização de campanha para erradicação do trabalho infantil.

CXXII - Implantação de um Centro de Estudos em Fisiologia do Exercício.

CXXIII - Implantação de academias de musculação em pontos da Orla da Praia.

CXXIV - Implantação de velódromo no CAIS – Vila Mathias.

CXXV - Estudo, projeto e construção de um hospital para os Bairros de Monte Cabrão e Caruara.

CXXVI - Implantação do Programa Boa Postura nas Escolas Municipais.

CXXVII - Implantação de uma Unidade de Radiologia Odontológica na policlínica da Ponta da Praia.

CXXVIII - Implantação de placas ou painéis indicativos nos pontos de ônibus contendo o itinerário e horário.

CXXIX - Implantação do CADAM – Cadastro de Anunciantes – com a finalidade de cadastrar, fiscalizar e tributar cartazes, outdoors e eletromídias.

CXXX - Implantação de unidade da Seção de Protocolo da Prefeitura, no Bairro da Ponta da Praia e na Zona Noroeste.

§ 1º - O Município poderá, mediante prévia autorização Legislativa, conceder ajuda financeira, a título de auxílio, subvenção, contribuição ou participação, até o limite de 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida, às entidades que prestam serviços essenciais de assistência social, médica e educacional e de atividades culturais e desportivas para realização de eventos no Município, desde que estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social e cadastradas no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, quando for o caso, que tenham também recebido parecer favorável do respectivo Conselho Municipal, desde que estejam legalmente constituídas.

§ 2º - As entidades a que se refere o parágrafo anterior deverão ser sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público e de forma gratuita, no que se refere a subvenção, sem prejuízo das demais condições estabelecidas no parágrafo anterior.

Art. 10. A receita e a despesa autorizadas na proposta orçamentária deverão ser estimadas a valores de janeiro de 2010, pela variação projetada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE, de julho a dezembro de 2009, não podendo sofrer mais nenhuma correção durante a execução do Orçamento de 2010, visando o equilíbrio orçamentário.

Parágrafo único. São vedados aos ordenadores de despesa quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 11. O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir programas não elencados, desde que financiados com recursos de outras esferas de governo.

Parágrafo único. Os recursos referidos neste artigo, quando forem concedidos a título oneroso, dependerão de autorização legislativa, inclusive quanto à sua aplicação.

Art. 12. O Poder Executivo, mediante autorização legislativa, poderá firmar convênios e termos de parceria com outras esferas de governo e com entidades privadas, desde que tais entidades estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social e cadastradas no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, quando for o caso, e que seja apresentado parecer favorável do respectivo Conselho Municipal, para desenvolver programas nas áreas de interesse do Município.

Art. 13. As despesas com Pessoal da Administração Direta obedecerão às disposições contidas na Constituição Federal e na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1.º O aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas se houver prévias dotações orçamentárias, suficientes para atender às projeções de despesas e aos acréscimos dela decorrentes, até o final do exercício, de acordo com o disposto no *caput*.

§ 2.º Os recursos necessários ao atendimento da revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, prevista no inciso X, artigo 37, da Constituição Federal, constarão da lei orçamentária para 2010.

§ 3.º Os projetos de lei sobre alteração de estrutura, cargos, concessão de vantagens e aumento de remuneração serão, obrigatoriamente, acompanhados de manifestações das secretarias de Administração e Economia e Finanças, nas respectivas áreas de competência.

§ 4.º As despesas com pessoal ficam vinculadas ao limite estabelecido no artigo 19 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, ou seja, 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida, sendo este percentual repartido em 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo, conforme artigo 20, inciso III da mesma lei federal.

§ 5.º Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora extra fica restrita às necessidades emergenciais das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 14. A Câmara Municipal será convocada extraordinariamente, na forma do artigo 25 da Lei Orgânica, caso o projeto de lei orçamentária não seja votado até a última sessão legislativa do ano.

Parágrafo único. Caso o projeto de lei orçamentária não seja votado até 31 de dezembro, fica o Poder Executivo autorizado a realizar a proposta orçamentária de 2010, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês, até que a proposta seja apreciada e votada pela Câmara Municipal.

Art. 15. Os programas aprovados pelo Poder Legislativo constarão, obrigatoriamente, do Plano Plurianual que será encaminhado à Câmara Municipal nos moldes estabelecidos pela Lei Orgânica do Município.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhada de estimativa do impacto orçamentário e financeiro, no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, e ainda da declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as despesas consideradas irrelevantes, que não ultrapassem a 0,01% da Receita Corrente Líquida, nos termos do artigo 16, parágrafo 3º da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, desde que possuam dotação orçamentária específica.

Art. 17. A arrecadação de todas as receitas realizadas pelas Fundações e Autarquia, far-se-á por intermédio dos mecanismos da conta única do Tesouro Municipal. A transferência de recursos financeiros para as Fundações e Autarquia será efetivada mediante pedido por escrito. As Fundações e Autarquia, por meio de suas unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados, processarão o empenho e liquidação da despesa.

Art. 18. A inclusão na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros Entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses do Município, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 19. Todo projeto de lei versando sobre concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverá atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar n.º 101 de 04/05/2000.

Parágrafo único – Não se sujeitam às regras do caput a simples homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente.

Art. 20. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar n.º 101/00 considera-se:

I. Contraída a obrigação no momento da formalização do contrato ou do instrumento congêneres.

II. Despesas compromissadas a pagar aquelas que foram empenhadas e cujos pagamentos devam ainda ser feitos até o final do exercício.

Art. 21 – O Poder Executivo enviará a Câmara Municipal, como informação complementar ao Projeto de Lei Orçamentário para o exercício de 2010, a relação das dotações detalhadas, no mínimo, por elemento de despesa.

CAPÍTULO II - DAS METAS FISCAIS

Art. 22. A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas exceder a previsão da receita para o exercício.

Art. 23. O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I. Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor.

II. Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

III. Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

Art. 24. Para atender ao artigo 22 inciso III desta lei, sendo necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo 9º da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, o Poder Executivo apurará o montante da limitação e informará a cada um de seus órgãos o montante que lhe caberá limitar, segundo o disposto neste artigo.

§ 1.º O montante da limitação de cada órgão será estabelecido pela Secretaria de Economia e Finanças, de forma proporcional à participação de cada um no contingenciamento total.

§ 2.º A base contingenciável corresponde ao total das dotações aprovadas na Lei Orçamentária para 2010, excluídas:

I - as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal.

II - as dotações próprias da Administração Indireta (Fundações e Autarquia).

III - as dotações referentes às atividades do Poder Legislativo constantes da proposta orçamentária.

§ 3.º As exclusões de que tratam os incisos II e III do parágrafo 2.º deste artigo aplicam-se apenas no caso em que a estimativa atualizada da receita seja igual ou superior àquela estimada na proposta orçamentária.

§ 4.º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput, o Poder Executivo editará decreto informando aos órgãos os parâmetros adotados e o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

Art. 25. Para atender ao disposto no parágrafo 3.º, do artigo 165 da Constituição Federal em consonância com o artigo 8.º, artigo 52 e seguintes, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, o Poder Executivo se incumbirá do seguinte:

I. Elaborar e publicar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2010, Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, contendo: previsão de realização de receitas arrecadadas e programação financeira de desembolso.

II. Publicar até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária e seus anexos, verificando o alcance das metas, realizando cortes nas dotações orçamentárias, se necessário.

III. O Poder Executivo emitirá ao final de cada quadrimestre, Relatório da Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais, em audiência pública, perante a Câmara de Vereadores.

IV. Os Planos, LDO, Orçamentos, Prestações de Contas, pareceres do Tribunal de Contas do

Estado, Orçamento Criança – OCA, relação de compras e custos e planilhas de serviços realizados por terceiros, incluindo os de transporte coletivo, serão divulgados primordialmente no Diário Oficial do Município e, nos casos regidos pela lei, nos demais veículos de Comunicação da Cidade e pela Internet, ficando à disposição da comunidade.

V. O desembolso dos recursos financeiros consignados à Câmara Municipal será feito em conformidade com as determinações da Lei Orgânica do Município.

CAPÍTULO III - DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 26. O Poder Executivo enviará ao Legislativo projeto de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, com o objetivo primordial de corrigir as desigualdades sociais, incluindo:

I. Revisão e atualização do Código Tributário Municipal de forma a corrigir distorções.

II. Revisão das isenções dos tributos municipais no sentido de buscar o interesse público e a justiça fiscal.

III. Compatibilização das taxas e tarifas aos custos efetivos dos serviços prestados pelo Município, incluindo os casos de terceirização e/ou concessão, de forma a assegurar sua eficiência, observadas a capacidade econômica do contribuinte e justa distribuição de renda.

IV. Atualização da Planta Genérica de Valores, ajustando-a aos movimentos de valorização ou desvalorização do mercado imobiliário.

V. Instituição de taxas para serviços que o Município, eventualmente, julgue de interesse da comunidade e necessitem de fonte de custeio, desde que precedida de amplo debate com a população e aprovação pela Câmara Municipal de Santos.

CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE FOMENTO

Art. 27. O Poder Executivo poderá, desde que autorizado pelo Poder Legislativo, após parecer das respectivas comissões, realizar projetos que exijam investimentos superiores à capacidade financeira do Município, em conjunto com a iniciativa privada, desde que comprovadamente resultem em crescimento econômico.

Parágrafo único. A definição das empresas que participarão de cada projeto será efetuada através de licitação pública.

Art. 28. O Poder Executivo adotará medidas de fomento à participação de micros, pequenas e médias empresas, além de cooperativas, instaladas na região, no fornecimento de bens e serviços para a Administração Pública Municipal, bem como, em conjunto com o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista facilitará a abertura de novas empresas de micro, pequeno e médio porte, por meio da desburocratização dos respectivos processos e criando incentivos fiscais, mediante prévia autorização legislativa, além de incentivar a formação de novas cooperativas.

Art. 29. O Poder Executivo enviará ao Legislativo projeto de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária com vistas ao fomento da atividade econômica no Município e, em especial, disciplinando a instalação de empresas não poluentes, que incorporem materiais recicláveis em construções prediais, realizem ações específicas e desenvolvam atividades voltadas à reciclagem, parques temáticos e outras atividades, na área continental do Município, após discussão pública sobre o aproveitamento racional e sustentável da citada área.

Parágrafo Único - O Município adotará medidas visando à remoção de atividades retroportuárias e oficinas, observando-se a legislação em vigor, que funcionem em áreas residenciais.

Art. 30. O Poder Executivo enviará ao Legislativo projeto de lei criando mecanismos fiscais que priorizem, favoreçam e incentivem a geração de empregos, a compensação de emissão de carbono, a preservação ambiental bem como a implantação de atividades relacionadas com a exploração de gás e petróleo, inclusive a capacitação técnica, o ensino e a pesquisa na área de gás e petróleo.

CAPÍTULO V - DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 31. As prioridades e metas da Administração para o exercício de 2010, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram o Orçamento, são as estabelecidas no Anexo III de Metas e Prioridades, e terão precedência na alocação de recursos no projeto de lei orçamentária para 2010, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

§ 1.º As metas e prioridades constantes do Plano Plurianual e as desta Lei considerar-se-ão modificadas por leis posteriores, pelos créditos adicionais abertos com autorização legislativa e pelos extraordinários.

Art. 32. A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2010, bem como sua execução, deverá ser realizada de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma das etapas, mediante a:

I. Realização de audiências públicas, que deverão ocorrer em local de fácil acesso e em período noturno, quando realizadas em dias úteis, ou em período matutino ou vespertino, quando realizadas nos finais de semana.

II – Publicidade, bem como acesso aos documentos e informações, de forma a divulgar amplamente a realização das audiências e a possibilitar o conhecimento prévio do projeto e facilitar a participação da população na discussão.

III – As publicações dos convites para as audiências públicas deverão conter o endereço eletrônico da rede mundial de computadores, para possibilitar o acesso à versão completa do projeto de lei, com respectivos anexos, na página da Prefeitura Municipal de Santos ou da Câmara Municipal de Santos, conforme for o promotor da mencionada audiência, bem como o endereço de local para consulta do projeto de lei impresso.

Art. 33. Esta lei entra em vigor na data da publicação.

JOÃO PAULO TAVARES PAPA
Prefeito Municipal

LEI, ANEXOS PUBLICADOS NO DIÁRIO OFICIAL DE 24 DE JULHO DE 2009